

Jurídico

DEFESA DE AUTO DE INFRA

Processo: 85788/2008
Documento: 88836398/2014



Pag.: 000



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DA URC – SUL DE MINAS

Proc. 05788/2008/ - Auto de Infração: 47.148

Recurso para CNR

TALENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, já qualificada nos autos do processo supra, não se conformando, data vênia, com a r. decisão da 106ª reunião da SUPRAM, realizada em Varginha (MG), que ratificou a multa aplicada pelo desatendimento das condicionantes 01, 02 e 05, vem, respeitosamente, interpor o presente **RECURSO** e, na hipótese de não retratação, requer seja encaminhado à **CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL/COPAM SUL DE MINAS**.

A recorrente apresenta, abaixo, as suas RAZÕES recursais.

Termos em que,
P. deferimento.

De Passos p/Varginha, em 10 de janeiro de 2014-01-13

Paulo Felipe Pereira –adv.
OAB 59.107 –MG

RECEBEMOS

15 / 01 / 14
R 9026 2014
SUPRAM SUL DE MINAS

SUPRAM SUL DE MINAS
Layon Mazzen de Oliveira
Responsável Formalização
Matrícula 623394

RAZÕES DE RECURSO

Recorrente: Talento Indústria e Comércio de Confecções Ltda

Recorrida: URC – Sul de Minas

Colenda Câmara Normativa e Recursal/Copam Sul de Minas
Eminentes Julgadores,

A recorrente foi condenada a pagar a multa de R\$ 20.001,00, conforme se verifica do Auto de Infração 47.148, apenso aos autos. Elaborada a defesa e apresentada ao ilustríssimo Superintendente Regional de Regularização Ambiental – Supram Sul de Minas, recebeu ela parecer em contrário e submetida, posteriormente, à deliberação da 106ª reunião da SUPRAM, em Varginha, suas teses foram rejeitadas pelo plenário.

A recorrente, todavia, não se conformando com a r. decisão da 106ª reunião da SUPRAM mais uma vez e apoiada no elevado discernimento e espírito de justiça dessa Colenda Câmara reitera suas teses de defesa, requerendo o PROVIMENTO de recurso.

Entendeu a ilustre Analista Ambiental, em seu parecer "Controle Processual - Documento SIAM nº. 1994339/2013, em relação à condicionante nº 01 (realizar tratamento adequado do efluente industrial, para atender os padrões estabelecidos - prazo 60 dias "o que não foi atendido dentro do prazo estabelecido". É de se observar que a própria analista não contestou as alegações da defesa de que "está operando sua ETE com as adequações previstas no Plano de Ação, enviado à SUPRAM, em 12/11/2010. A rejeição da defesa foi baseada unicamente no descumprimento do prazo de 60 dias. A recorrente reconhece que, realmente, cometeu um pequeno atraso no cumprimento da condicionante, contudo, restou claro que foi cumprida. A comprovação do cumprimento da condicionante pode ser constatado pela decisão do plenário da 105ª reunião da SUPRAM, oportunidade em que foi aprovada a revalidação da licença ambiental da recorrente, pelo prazo de 06 (seis) anos com fundamento no seguinte parecer técnico:

"Em razão de todo o exposto neste parecer único, conclui-se que os sistemas de controle ambiental apresentados no gerenciamento dos aspectos ambientais considerados relevantes no empreendimento são suficientes para avaliar o seu desempenho ambiental, dessa forma, sugerimos o deferimento do processo de revalidação de licença".

E o processo de revalidação foi aprovado pelo plenário pelo prazo de seis anos. Não se pode olvidar que na região de Passos há carência de técnicos para a elaboração de projetos e acompanhamento da execução e a recorrente quer cumprir todas as normas legais, dando, assim, a sua contribuição para a preservação de um meio ambiente saudável para a população.

No tocante à condicionante 02, também considerada "não cumprida" está relacionada às análises físico/químicas da sua ETE. A recorrente reitera que sempre cumpriu essa condicionante. O já mencionado Documento SIAM nº. 1994339/2013 cometeu um equívoco ao interpretar a alegação da recorrente de que *"apesar dos progressos alcançados os resultados das análises dos efluentes tratados na ETE ainda apresentavam valores que não atendem aos padrões de lançamento"*. Ao fazer tal declaração queria ela dizer que buscava um aprimoramento, cada vez maior, e não confessar o descumprimento dos padrões de lançamento.

Finalmente, a ilustre analista recomendou a rejeição da condicionante nº 05, sob o entendimento de que "o empreendedor protocolou um ofício, fora do prazo, apenas citando quais as medidas seriam tomadas para a melhoria da qualidade ambiental, sem, no entanto, apresentar os projetos ou mesmo documentos que comprovassem a implantação de tais medidas, assim, alegou, sem provar". A alegação, todavia, não é verdadeira. Embora, com algum atraso, pelas razões já enfocadas, a recorrente apresentou um projeto, instruído com documentos e enviados em 14/06/2010, conforme comprova o protocolo R0660930.

Depreende-se de tais fatos que a decisão do plenário da 106ª reunião da SUPRAM que rejeitou as teses de defesa da recorrente foi excessivamente rigorosa, notadamente quando reconheceu a inexistência de circunstâncias atenuantes. Uma atenta leitura das disposições do art. 68 do Decreto 44.844/2008, demonstra que a recorrente se enquadra nas disposições das alíneas "a", "b" e "e" do art. e a evidência de tal fato é a revalidação de sua licença, pelo prazo de seis anos, por decisão do plenário da 105ª reunião da SUPRAM, em Varginha, (MG).



Diante do exposto, espera a recorrente que o presente recurso seja analisado, avaliado e PROVIDO. Na eventualidade de entendimento contrário, a recorrente requer sejam aplicadas as atenuantes:

a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento.

b) comunicação imediata do dano ou perigo à autoridade ambiental hipótese em que ocorrerá a redução da multa quinze por cento;

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

O PROVIMENTO do presente recurso, todavia, é a medida mais coerente com os fatos, com o direito e com a justiça, providência que requer e espera acolhimento.

Termos em que,

P. deferimento.

De Passos p/Varginha, em 10 de janeiro de 2014

Paulo Felipe Pereira -adv.
OAB 59.107 -MG-

